



## Entrevista<sup>1</sup> com a professora Marlise Matos<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Entrevista concedida à:

A: Andreia dos Santos

K: Karina Junqueira

L: Larissa Fernandes

<sup>2</sup> Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1988), Aperfeiçoamento em Metodologia Quantitativa pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestrado em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993), Doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas - SBI/IUPERJ (1998), Formação Complementar em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela Universidad de La Republica (UDELAR, 2005) e Universidad de Buenos Aires (UBA, 2009), com apoio das Nações Unidas (ACNUR e ACNUDH). Atuou como Professora Agregada do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio (1996-2005). Atualmente é Professora Associada do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher - NEPEM e do Centro do Interesse Feminista e de Gênero - CIFG (UFMG). É também copresidenta eleita do Research Committee 32 Women in Society (2020-2022), da International Sociological Association (ISA) e Representante latino-americana da SWS - Sociologists for Women in Society. Foi Assessora da Sociedade Civil da ONU Mulheres Brasil por dois mandatos (2013-2014 e 2015-2016). Como pesquisadora tem atuado na área das relações de gênero, de avaliação de políticas públicas, de representação e participação políticas, movimentos sociais e minorias e comportamento político de mulheres. Tem experiência também nas áreas de sociologia e política das relações de gênero, desigualdades sociais, planejamento, avaliação e monitoramento de políticas públicas, direitos humanos e cidadania.



K: Vamos discutir um pouco sobre a questão de gênero, pois normalmente as mulheres são mais afetadas em todos os aspectos, como na Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, Reforma Tributária... Assim, em que medida essas reformas têm afetado mais as mulheres? Como você tem percebido essas reformas?

M: Para falar sobre esse tema, é impossível não mencionar que nós temos que considerar as desigualdades e as formas estruturais de opressão que se articulam nesse contexto das desigualdades. Então precisamos considerar gênero e gênero entrecruzado, interseccionalizado, com outras dimensões, e se pode pensar a questão de classe, a questão de raça, a questão da sexualidade, a questão da geração e isso é um nó, um nó central das nossas desigualdades que conduzem a uma sociedade estruturalmente muito discriminatória, muito violenta, muito estruturalmente opressora em relação às mulheres e às mulheres negras, pobres, periféricas, lésbicas, trans, não é? Isso posto, é impossível responder a uma indagação sobre o que impacta e como impacta, iniciativas de mudanças legislativas que vão mudar o mercado de trabalho, que vão mudar as relações trabalhistas, que vão transformar as relações do mundo de trabalho sem entender que na base da pirâmide brasileira, tem uma massa gigantesca de mulheres que se encontra nas condições de maior precarização, de maior informalidade, de maior vulnerabilidade e risco no mercado de trabalho. Portanto, falar de reforma trabalhista, e modificar a legislação a desfavor dos trabalhadores, isso imediatamente vai ter impacto e vai ter uma incidência nefasta, deletéria, principalmente na vida daquelas que compõem a base dessa pirâmide. E essa pirâmide da desigualdade brasileira vai da mulher pobre negra à mulher branca, ao homem pobre negro e ao homem branco. Então, para falar dessa(s) hierarquia(s), onde se tem a intersecção entre gênero, raça e classe, não se tem dúvida de que qualquer mudança que faça com que direitos historicamente conquistados, como descanso semanal remunerado, 13º salário, mudanças que flexibilizem as relações de trabalho, possibilitem que os empregadores possam diminuir salários com “acordos” que não tenham que passar mais pelo sindicato e possam ser acordos que são particulares, afetará a vida das mulheres de um modo ou de outro. E todas essas dimensões que diminuem ou aumentem a carga horária de trabalho, e mexam no valor dos salários, tudo isso impacta de maneira muito decisiva a vida dessas mulheres. Isso sem falar que no mercado de trabalho, as primeiras a serem demitidas, as primeiras a perderem seus empregos, mesmo nessas condições de maior



precarização, de informalidade, são as próprias mulheres, haja visto o que está acontecendo agora na pandemia. De fato, o desemprego estrutural no Brasil tem crescido de maneira bem assustadora e quando a gente olha e abre e desagrega esses indicadores de desemprego, são as mulheres negras pobres aquelas que estão mais desempregadas, que vão ter que realmente lidar com esse contexto mais adverso. Então, a maior desproteção legislativa na regulação das leis do trabalho deixa as mulheres ainda mais expostas à precarização, a ter que se dispor a trabalhar em funções ou ocupações que são ainda mais arriscadas, que são de menor remuneração, que são mais precárias, e por aí vai. Não será preciso mencionar, que no dia 25 de Novembro, Dia Nacional de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres, a nossa ministra dos Direitos Humanos e da Mulher, foi a público fazendo uma live toda em cor de rosa, fazendo também um bolo cor de rosa, chamando atenção para as mulheres, pois ela afirmava que iria salvar as mulheres da violência com o “nanoempreendedorismo”, ou seja, as mulheres fazendo bolo cor de rosa seriam salvas pela iniciativa individual, pelo sucesso que elas teriam vendendo bolos. Isso é um escárnio, isso é tripudiar da vida e das conquistas das mulheres nesse país, da condição de violência estrutural! Assim, não será o empreendedorismo que vai retirar as mulheres da situação de vulnerabilidade e de risco e, muito menos, das situações de violência que estão escaladas e agravadas no contexto da pandemia. Chega a ser, além de aviltante, chega a ser um escárnio, é até mesmo uma forma de “tirar sarro” da cara das mulheres e de menosprezar as violências cotidianas e estruturais que nós mulheres temos que enfrentar nesse país ainda profundamente desigual.

K: A partir da sua fala, podemos analisar dois artigos nesse Dossiê que tratam sobre esses temas, um sobre como a pandemia está afetando mais as mulheres, visto que já se tem uma série de pesquisas mostrando isso; e o segundo, já que você até mencionou acerca da Damares, há o artigo sobre essa onda conservadora no Brasil, que juntou ideologia de gênero com Escola sem Partido, e pessoas que teoricamente seriam até de grupos diferentes, e acabaram se juntando, e como isso também tem afetado a questão de gênero, pensando não só nas mulheres, mas também na comunidade LGBTQ+, entre outros. Estou até falando isso, pois não sei se vocês viram as notícias de hoje, acerca de uma audiência que vazou agora, em que o juiz fala que não vai aplicar a Lei Maria da Penha, falando que era um absurdo, que se a mulher apanha, não é à toa. Eu estou tão chocada, são 3 horas de gravação, e eu estou chocada. Como você analisa essas situações?



M: Soma-se a isso, aquela cena grotesca do assédio da Isa Pena em plena ALESP (Assembleia Legislativa de São Paulo). Então, junta essas duas coisas, e a gente vê que estamos largadas à nossa própria sorte. Não é só o povo negro que é “eles por eles” não, as mulheres também, “é nós, por nós”, entende?

K: Pois é!

A: E o louco do cara não entendeu porque ela mandou ele chegar para trás, porque foi instantâneo, e ele assim: “não estou te entendendo?!”.

M: Sim! Bom, eu acho que são questões que exigem um pouco mais de aprofundamento que tem a ver com esse contexto e esse momento. Sobre a pandemia, acho que têm duas coisas básicas que podemos destacar sobre o impacto das questões de gênero. Primeiro é que se você olhar a linha de frente do enfrentamento da pandemia, se você olhar as profissões que historicamente estão associadas ao cuidado, elas também estão historicamente associadas às mulheres. Nós temos uma feminilização de determinadas carreiras e profissões, então, portanto, se você olhar a carreira de enfermagem, de auxiliar de enfermagem, nutricionista, psicóloga, assistente social, tudo que diretamente está no enfrentamento cotidiano, nos hospitais, nos postos de saúde, todas são basicamente constituídas por mulheres.

A: A própria medicina hoje tem uma feminilização grande no curso de graduação e médicas no atendimento.

M: Sim, mas ainda é uma profissão masculina, só 33% dos profissionais médicos são mulheres. Como ainda é uma profissão de prestígio, continua sendo uma espécie de “reserva masculina”. Então, só na hierarquização da profissão médica que a gente consegue enxergar de fato o poder do Ato Médico. Logo, tem essa dimensão que eu acho que é crítica e é muito relevante, porque são as mulheres que historicamente sempre cuidaram, que estão na linha de frente do enfrentamento à pandemia, pois são elas que estão no cuidado intensivista, como assistentes, como enfermeiras, como assistentes de enfermagem, e outros. Isso coloca primeiro em sobrecarga, porque elas são mulheres, provavelmente também têm maridos, têm



famílias e têm riscos muito graves envolvidos na situação delas estarem cotidianamente tendo que lidar com a possibilidade do contágio. Muitas dessas mulheres não voltam para casa... Elas não conseguem, elas não querem correr o risco de contaminar as suas famílias. E tem um grande problema com isso, tem sido muito discutido e fora, que é mais uma vez, uma forma muito distorcida que a gente evidencia com a pandemia de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Por que o cuidado tem que ser uma atribuição, uma função, especificamente associada às mulheres? Por que só são as mulheres principalmente aquelas que cuidam? Porque essa sociedade construiu essa divisão, esse binarismo entre o papel social das mulheres e dos homens... esse trabalho de cuidado é quase uma extensão da esfera doméstica, da esfera dos cuidados em casa, e até hoje, e tem cerca de 200 anos que a gente construiu a modernidade, que foi erigida em cima desses pilares de binarismo: o público como masculino; e o privado como feminino; e o cuidado sempre no privado; etc, que transborda da esfera privada para a esfera pública. São as mulheres que maciçamente são as educadoras, são as professoras, são as psicólogas, as assistentes sociais, as nutricionistas, etc.. Logo, essa é uma dimensão que tem impactos reais, concretos, e segundo, que como a profissão que tem mais controle, mais poder no âmbito da pandemia é a profissão médica, essa já é uma profissão masculina, quase sempre os Comitês, quem toma as decisões quando existem os comitês tomando decisões, sobre o enfrentamento à pandemia, não tem mulheres nesses espaços. As decisões sobre abertura do comércio, abertura das escolas, restrições do isolamento, são decisões tomadas pelos homens, porque eles são os prefeitos, são os governadores, o presidente, e eles são também, na maioria, os médicos. E quase nunca aquilo que impacta, como eu disse, porque são mulheres que estão na linha de frente, são as mulheres que estão tendo que se desdobrar em cinco milhões para ficar com crianças dentro de casa que não estão tendo aula, e quem decide sobre isso são os homens. E se não tem nenhuma mulher, com uma perspectiva crítica de gênero nesses comitês, tomando essas decisões, elas vão ser tomadas sem levar em consideração a realidade específica - que é tão crítica, tão importante e tão grave das próprias mulheres -, é por isso, por exemplo, que não se tem uma discussão real, efetiva, de enfrentamento à violência e à escalada da violência na pandemia, violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres, crianças, idosos na pandemia. Porque parece que isso não é um problema que toca à esses comitês, não toca aos governos, não toca à ministra dos Direitos Humanos, não toca à ninguém, o máximo que se faz é dizer “faça uma denúncia”, o máximo que se faz, é deixar, por exemplo, aqui em Minas Gerais, que a Assembleia



Legislativa correu através por pressão dos movimentos organizados de mulheres, e criou uma legislação específica para ter denúncia online de enfrentamento à violência, a duras penas, para aprovar projetos dessa natureza. Criaram-se também outras proposições legislativas para também colocar em priorização as mulheres desempregadas, no contexto da pandemia, para que elas tenham acesso a cursos de formação para gerar renda, podendo ser reinseridas, depois, no mercado de trabalho. Mas aqui em Minas Gerais, foi devido aos movimentos das mulheres que pressionaram a Assembleia Legislativa, e em âmbito federal, já mencionei o que a Damares anda fazendo... A Damares criou alguma campanha? Vocês viram alguma propaganda da campanha que a Damares criou sobre o enfrentamento à violência? Que campanha nacional... ela foi a público, tem reportagem, se vocês jogarem no Google, tem reportagem que o ministério dela criou uma campanha nacional de conscientização contra a violência... Eu não vi em nenhum momento, em nenhum lugar, em nenhum canal, nem da mídia hegemônica e nem nas redes sociais, nenhum excerto, nenhuma entrada sobre a conscientização desse tema durante a pandemia.

Bom, e assim eu chego ao tema do neoconservadorismo e das políticas antigênero, e de outro tema, que você vai me permitir, eu vou acrescentar nesse “caldeirão das perversidades”, desse momento horrível que a gente está vivendo, porque acrescenta-se a isso o incremento da violência política contra as mulheres. Não há como não entender que essas dimensões todas têm uma articulação intrínseca, todo esse movimento, essa onda neoconservadora, que tem uma incidência que não é de agora, é importante mencionar isso. Eu acabei de dar uma disciplina no nosso programa de Pós-graduação, chamada “Políticas Antigênero e Violência Política Contra as Mulheres”. E nós estamos discutindo esse tema, passamos o primeiro semestre de 2020 discutindo sobre isso, e tivemos que ao final fazer alguma coisa, e tal coisa que decidimos fazer, foi tentar mapear a violência política contra as mulheres nas eleições de 2020, esse mapeamento inclusive está online. Ainda, fizemos uma cartilha informativa e estamos mapeando os casos, que são definitivamente assustadores. A verdade é que o neoconservadorismo que inicia com matiz de caráter religioso, tanto os protestantes, quanto a Igreja Católica, já em 1995, lá atrás, na Conferência de Beijing, já começou a se organizar e a se mobilizar para dizer que não são as feministas que defendem as mulheres do terceiro mundo, as mulheres pobres, mas é a igreja que faz isso, são as igrejas que defendem as mulheres pobres do terceiro mundo, por exemplo. O que as feministas estão defendendo, não são os direitos das mulheres, sobretudo aquilo que nos toca mais de perto, porque aqui



nesse país de desigualdades tão avassaladoras, para os conservadores são as igrejas que devem falar em nome das mulheres, e não as feministas. Essa luta, essa batalha, começou a ser travada lá em 1993, na Conferência de Viena, quando se declarou que “os Direitos Humanos são direitos das mulheres”, e isso se consolida como um grande enfrentamento, em 1995 na Conferência de Beijing. Esse enfrentamento do Vaticano, do Ratzinger contra o avanço da autonomia da emancipação das mulheres pelos movimentos feministas, assustou bastante alguns desses líderes religiosos. De lá para cá, o que a gente vem assistindo é consistentemente a construção do que a gente pode nomear de um conjunto de políticas anti gênero. E assim, se você me permite dizer, para ir concluindo e não me estender demais, porque eu poderia ficar 30 horas falando sobre esse assunto, mas eu gostaria de dizer que eu acho que é importante, que esse movimento que se inicia com o fortalecimento desses grupos religiosos para conquistar mentes e corações, também se viabiliza pela ocupação dos espaços parlamentares. A gente, desde os anos 1990, vem observando um incremento, uma escalada, que é intencional, que foi um projeto de poder político dessas lideranças religiosas de ocuparem os espaços parlamentares. Basta olhar os dados do Brasil, que vocês vão ver que dos 1990 para cá, a escalada da bancada religiosa é vertiginosa, a quantidade de pastores e líderes religiosos que veio nesse movimento se elegendo, é o que deu o estofado, o lastro para que, a partir de uma determinada época, consolidada uma ocupação de poder político e político parlamentar, essas bancadas começassem a promover transformações legislativas. E nesse momento que começamos a observar o fenômeno da expansão dessa construção religiosa intitulada “ideologia de gênero”, transformar e demonizar um conceito e na minha opinião, um campo científico muito mais do que um conceito, gênero para mim hoje é um campo, um campo de produção científico-acadêmica, e demonizar esse campo tachando-o como meramente ideológico, e para piorar significando o “ideológico” das formas mais rasteiras... As vezes chega a ser inominável, inacreditável o que se tem difundido: dizer que a gente quer transformar todo mundo em lésbica, que se quer transformar todo mundo em homossexual, “mamadeiras de piroca”, “kit gay”, assim, as infâmias que passam a declaradamente estar associadas a iniciativas que são absolutamente fundamentais e essenciais em nosso processo civilizatório como, por exemplo, iniciativas de educação sexual nas escolas, para se debater, finalmente, ou tentar se debater a violência de gênero e contra as mulheres, a disseminação da lógica patriarcal na sociedade brasileira, aquilo que as feministas também, que nós feministas chamamos de cultura de estupro, passar a ser mais uma vez silenciado. Então, assim,



todos esses enfrentamentos, as proposições do movimento Escolas Sem Partido, começam por quê? Porque essas forças religiosas ocuparam espaços de poder e de decisão, criando lobbys para eleger seus candidatos, e foram muito bem sucedidos nessa empreitada, e, portanto, esse neoconservadorismo hoje, já conquistou para além desses grupos religiosos e do espaço parlamentar, também, forças importantes na opinião pública, nas classes médias e por aí vão. Portanto, a gente também não tem como não mencionar o bolsonarismo, não é mesmo? A partir de uma matriz neoconservadora, nos costumes, nos valores, porque essa matriz conservadora é funcional ao avanço dessas forças ultraconservadoras, também politicamente de direita. É funcional, por exemplo, ao ultra liberalismo e ao neoliberalismo, mulheres dóceis, mulheres que fiquem em casa, cuidando de filhos, vestidas de cor de rosa, fazendo bolos. Essa estrutura é funcional a um modelo de Estado que vai se erigir a partir da desproteção social em massa, com a retirada dos direitos sociais. É, novamente, funcional esse resgate sistêmico, e esse retrocesso nos costumes, nos valores, na questão moral e religiosa, que tem imposto para a gente essa nova agenda de retrocessos, neoconservadora. E a lógica econômica, e a gente discutiu bastante ao longo dessa disciplina a importância do neoliberalismo e do ultra neoliberalismo, de como essas forças econômicas recrutam as mulheres de maneira muito funcional para ocuparem esses lugares retraditionalizados. Desse modo, as forças se convergem nessa direção de maneira muito rápida, a gente perdeu um pouco o fio disso, a gente imaginava naquela perspectiva bem iluminista e rasteira, que a gente conquista e vai evoluindo, e as conquistas são só por evolução... Amiga, se são construtos históricos, elas podem ir e elas podem voltar, elas podem avançar tanto quanto podem retroagir, e o que nós estamos vivendo aqui nessa onda reversa, é uma enorme perda de direitos. Nós começamos aqui a falar dos direitos trabalhistas, mas nós estamos vivendo perdas dos direitos em várias frentes, como uma forma orquestrada dessa nova lógica sistêmica, que é econômica, que é política, que é cultural, que é moral, e que está ocupando as forças sociais, o poder político e o poder econômico. E é preciso fazer os enfrentamentos necessários para não entregar todas as nossas conquistas simplesmente, mas resistir a elas, e nós temos feito isso com muita dificuldade, mas temos tentado fazer isso. É urgente fazer isso!

K: Em relação à questão do conservadorismo, para além da discussão do feminismo, como é que você vê a comunidade LGBTQ+, como ela fica nisso tudo?





M: Então, é muito importante eu tentar compartilhar com vocês o entendimento de que, para mim, gênero e sexualidade são faces de uma mesma moeda. Eu não trabalho gênero em uma perspectiva autonomista em relação aos estudos de gênero, como se estas dimensões existissem de forma separada, estanque, autônoma em relação aos estudos sobre sexualidade, ainda que essas duas dimensões, claro, tenham suas próprias especificidades. Logo, quando a gente está falando de gênero, na minha opinião, eu estou incluindo também os estudos sobre sexualidade, porque identidade de gênero, orientação sexual, são elementos estruturadores do campo dos estudos de gênero. Sendo assim, é evidente que, como é funcional a mulher dócil, a mulher da família monoparental se virando sozinha, a mãe disciplinada da família patriarcal, mais tradicional, da família burguesa, mamãe, papai, filhinho(s), que os/as conservadores defendam e desejem o retorno dessas formas de relações. Toda essa movimentação que gerou a reinvenção dessa experiência da sexualidade para romper com as amarras tradicionalizadas da heteronormatividade, da cisgeneridade, que é uma revolução, é uma transformação, passou a ser vista como “ameaça”. Assim como as mulheres fizeram uma transformação silenciosa de ocupação da esfera pública, de ir para o mercado de trabalho, de se escolonar em patamares hoje superiores aos dos homens, os segmentos LGBT também fizeram profundas revoluções nos costumes que são estruturadoras, transformaram a nossa ideia de família a partir da adoção de casais de mesmo sexo, casamento de pessoas do mesmo sexo, da homoafetividade, todas essas transformações, elas junto com as transformações promovidas pelos movimentos feministas, são verdadeiramente a grande expansão da esfera da cidadania, transformações profundamente democratizadoras do mundo contemporâneo. Se na modernidade o que a gente fez foi excluir negros e mulheres, e nem entrou na pauta a questão das sexualidades dissidentes, que estavam tão oprimidas, que isso nem na pauta da lógica inicial da modernidade ocidental entrava - isso vai entrar lá nos anos 1950, nos anos 1960, com a famosa revolução sexual-, depois desses anos para cá, você tem uma revolução e uma transformação silenciosa, daquelas pessoas ganharam a liberdade de se assumir, de existir nesse mundo, da forma como quisessem, e que desejassem assumir. Portanto, essa liberdade sexual, ela é assustadora também para esse modelo de família heterocentrada, de família patriarcal, onde você tem essa família burguesa: do homem provedor da mulher dona de casa. Esses modelos ameaçam essa lógica do tradicionalismo e das relações de gênero e de sexualidade tradicionais, burguesas. Assim, a emancipação desses grupos, das mulheres



lésbicas, dos homens gays, das pessoas trans, a possibilidade de, finalmente, você ter na cena pública a afirmação de um pertencimento a uma orientação e a uma identidade de gênero que não são as tradicionais, que não são cisgenéricas, mas são transgenéricas, isso é outra imensa revolução silenciosa: ninguém pegou em arma, ninguém matou ninguém, pelo contrário, essas pessoas é que são assassinadas, com muita frequência com requintes de crueldade, porque essa ordem da heteronormatividade compulsória, ela se vê muito ameaçada por essas outras formas tradicionais, patriarcais, heteronormativas de organização da subjetividade e da sexualidade. Eu acho que esses grupos também se organizaram em movimentos, também vieram para a cena pública e fizeram muitas e importantes transformações nos costumes, nas formas de organização familiar, na cultura, e foram criando vínculos de pertencimento, que alcançaram ganhos de cidadania muito importantes, muito significativos. Você hoje pode ter casamento, que eles chamam de “casamento gay”, mas são casamentos homoafetivos, você pode ver que tem a possibilidade da adoção de crianças por casais do mesmo sexo, então assim, isso desestabiliza a normatividade heterossexual compulsória, o patriarcado burguês num grau tal, que essa onda conservadora para se sustentar, ela também tem que estancar essas transformações, e tentar promover os retrocessos nessa agenda. Por isso que a violência política é um elemento constitutivo desse campo também, eu diria que é ela se tornou necessária para conter esses avanços, e os avanços que eu estou dizendo, são mulheres que ocupam um espaço político parlamentar, ou que desejam ocupar, essas é que vão sofrer violência, porque é uma forma coercitiva, de coerção, uma linguagem de disciplinamento mais uma vez dos corpos dóceis que deveriam afinal apenas servir à lógica do patriarcado cisheteronormativo e racista. As mulheres lésbicas também vão sofrer violência, as mulheres trans, olha o que está acontecendo com a Duda Salabert, a comprovação mais cabal de que a sociedade realmente transformou, ao menos em parte, os seus valores. BH é uma cidade conservadora. E a capital de Minas, Belo Horizonte, eleger de forma tão consagrada, com mais de 35 mil votos, uma mulher trans, que é a Duda Salabert! Isso significa que a sociedade conservadora mineira, ou uma parte significativa dela, não toda por certo, é evidente: entende como legítima a afirmação desse tipo de pertencimento identitário, a afirmação desse tipo de corpo e de presença na esfera político-parlamentar. Reputa importante que essa visão, essa perspectiva de mundo compareça no parlamento e dê sua contribuição à construção das legislações, da regulação da sociedade e da cidade de Belo Horizonte. É o reconhecimento de que essas pessoas também podem colaborar com a construção da nossa cidade, dando a sua



perspectiva, a sua visão de mundo para nossa legislação, para as nossas políticas públicas. Já a violência é um instrumento para disciplinar, coercitivamente, esses movimentos. E aí, eu terminaria dizendo um aspecto que eu tenho reafirmado e vou voltar a reafirmar aqui, que muitas vezes as dimensões de gênero, sexualidade e raça vem sendo tratadas como dimensões “meramente identitárias” ou de pertencimento, como “pautas morais” ou de busca por reconhecimento simbólico, cultural, identitário. E isso é um grande equívoco que nasceu nas nossas teorias, e precisa urgentemente ser desmontado. O que essas dimensões de gênero, de raça e de sexualidade são, são as fronteiras vivas da cidadania democrática. Elas são, por princípio fundante estrutural, onde a cidadania política, econômica e social não chegou, inclusive, a cidadania civil também. Essas dimensões dizem dos direitos, onde os direitos que a gente cria, numa modernidade fundamentada na lógica e na linguagem dos direitos, onde os direitos não chegaram, e onde a luta política, a luta por direitos está, finalmente, se estabelecendo. Portanto, o gênero, a sexualidade e a raça são dimensões democráticas, dimensões democratizadoras da cidadania e dos direitos por excelência, do espaço e da esfera pública. Não são dimensões identitárias, ainda que sejam, por óbvio também, dimensões identitárias, mas elas vão muito além disso, desde que politizadas. O que as mulheres querem não é somente reconhecimento identitário, as mulheres querem comer, querem sobreviver, querem estudar, querem se escolarizar, querem suas crianças bem cuidadas, querem, portanto, se empregar, querem se eleger. Assim como as pessoas negras, as pessoas lésbicas, as pessoas trans também! Essas são dimensões fundantes que estiveram no início, nas origens no contratualismo moderno excluídas do pacto da modernidade, e que vieram a público transformar esse pacto, e restabelecer esses contratos a partir de um novo tipo de contratualismo social, que não tenha a sua base num contrato racista, num contrato patriarcal nas suas origens, na sua base mesmo. E é meio que para assustar mesmo, eu entendo os religiosos, eles têm realmente ficar bem assustados, porque um novo pacto civilizatório está sendo proposto e já começou a ser realizado, quando a gente está propondo transformações que tenham essa origem, de tamanha radicalização de transformação é mesmo assustador para a tradição, para quem deseja apenas conservar o status quo. É para tirar da mão dos homens brancos, burgueses, racistas, coloniais, colonizadores o poder, e distribuí-lo de maneira realmente democrática e justa, distribuir esse poder: essa é a meta e ela ameaça os poderes constituídos mesmo. E o que nós estamos vendo é mesmo uma onda de reação aos avanços democráticos e democratizadores que nós vivemos em períodos progressos nesses últimos 15,



A: Agora deu até um calor no coração viu, Marlise? Saber que isso é mais uma reação do que qualquer outra coisa.

K: E o engraçado é que você falou do identitarismo, é onde hoje a extrema direita está se encontrando com parte da esquerda. E eu faço até essa brincadeira que hoje as minhas maiores “tretas” na internet não têm sido com minions, mas têm sido com o pessoal da esquerda, porque essa divisão entre o que eu chamo de esquerda raiz, a esquerda classista, e eles falam que qualquer discussão entre gênero e raça é para dividir a esquerda, e que isso é uma espécie, digamos assim, de superficialidade, e que se resolver classe, resolve o resto. De uma maneira muito irônica, chamam de esquerda nutella, e aí vem a grande crítica, por exemplo, ao PSOL, “esse partidinho de coisa identitária”. Então assim, engraçado como nesse ponto a esquerda se juntou com a extrema direita, nessa crítica a qualquer discussão sobre identidade.

M: Essa esquerda ou se transforma, ou morrerá. Ela será devorada...

K: É o que eu tenho falado para eles, assim, essa nova geração é identitária. A gente que dá aula para adolescentes/jovens, hoje a mentalidade deles é construída por gênero e raça, todos hoje pertencem a um coletivo, todos.

M: Ainda bem gente! Porque passamos 30 anos lutando para que assim fosse, não é isso?

A: Deu certo Marlise! Deu certo!

M: A gente está há 30 anos, entendeu, tentando formar mentes e corações, para que eles tenham essa consciência esclarecida de que essas dimensões não são só identitárias, mas elas são aquilo que falta da luta política, daquilo que não se conquistou de uma agenda de direitos reais.

A: Ou a gente moderniza isso, não só no discurso, mas também na legislação, na prática,



ou nós estamos fora da discussão de esquerda, que é uma coisa que as pessoas têm muita dificuldade de entender, inclusive Marlise, pessoas da nossa geração. O pessoal que tem uma cabeça mais fechada nesse sentido.

A: Eu vejo que por outro lado, essas pautas identitárias, essas discussões identitárias, elas vêm num crescendo, Marlise, em termos políticos, não por um acaso com uma eleição para vereador, da maneira como nós tivemos não só em Belo Horizonte, mas também em outros municípios, ela vem num crescendo de um entendimento dessa juventude. Aí que eu acho que a gente tem ganho, não é? Por isso que eu falo, nós temos um problema geracional também. Além de uma discussão política, nós temos uma discussão geracional, que eu acho que esse novo sempre vem.

K: E eu acho que por isso que quando a gente vê que quem mais reprova o governo são os jovens de 16 a 24 anos, eu falo que é a minha esperança, o que vem, porque da minha geração para frente, a gente está perdido. Esperança é o que vem, de 16 a 24 anos, pois é quem mais reprova o governo e não é à toa. Porque eles têm esse viés identitário mais forte.

M: Não é identitário mulherada, para de chamar de “identitário”, vamos começar a usar a palavra “democratizador”, porque o identitarismo, ele vira esse jogo perverso, essa chavinha moralizante, de desprezar a afirmação das lutas políticas e econômicas centrais desses grupos, sabe? É uma forma de menosprezo, de não reconhecer a importância democrática, porque é disso que estamos falando. Nós aqui sabemos como as democracias morrem, e se a esquerda não entender que a morte da democracia tem a ver com essas novas transformações que têm ocorrido na vida real, a vida real como ela é, o cotidiano das pessoas já está transformado, e isso não tem retorno! A Damares pode ir a público fazer 5 milhões de lives por dia, que isso não será suficiente para transformar a vida de uma pessoa que já é casada com outra pessoa do mesmo sexo, que já tem seus filhos criados, você entendeu? Ela não conseguirá esse resultado que eles almejam, porque as mudanças foram silenciosas, e eles realmente se deram conta disso, nesse ponto é que houve essa tentativa desesperada de retomada do poder, só que eles só podem fazer isso com uma linguagem, a da violência. Só existe essa possibilidade para fazer isso.



K: E a última questão colocada pelos artigos diz respeito ao direito à cidade. Como fica o direito à cidade e a questão de gênero, até porque você tinha falado que quem são os prefeitos normalmente, na hora que se planeja a cidade, são homens. Uma cidade planejada e pensada por homens, logo, como fica a questão de gênero e a cidade também?

A: E uma outra coisa, será que ela é governada por homens? Porque para mim ela é gerida por mulheres, que são a maioria no serviço público, a gente tem que pensar também nesse aspecto, se não tem uma certa ambiguidade nesses processos.

M: Tem um grande descompasso em relação à forma da condução no topo da gestão daquilo que é o cotidiano e a vida das pessoas, porque de fato, quem faz a gestão da vida cotidiana, são as mulheres. E eu estou falando desde o domicílio, passando pelo transporte coletivo, pelo comércio, pelos serviços, então essa gestão da vida do dia a dia das cidades, ela é ocupada de maneira maciça pelas mulheres. Isso gera um descompasso, eu acho, que gera às vezes enfrentamentos que seriam absolutamente desnecessários, com a condução do poder político. Isso porque tanto no Executivo, quanto no Legislativo e no Judiciário, a gente tem essa condução nas mãos dos homens brancos. Belo Horizonte fez uma grande transformação nessas últimas eleições, é de uma magnitude que a gente ainda não percebeu porque ainda não entrou a legislatura em ação, mas saímos de patamares de 10% para patamares de quase 30% de mulheres. O que a teoria crítica nos diz, por quê que 30% é importante? Porque menos de 30% é jogar água na fogueira, assim, porque você vai tendo pouco poder de mudança, de incidência na agenda pública, porque é muito pouca gente, e o que incide pouco na agenda. Agora com mais de 30% ou quase 30%, esse número “cabalístico”, nos mostra no mundo inteiro, que a agenda parlamentar pode ser transformada quando você tem uma certa quantidade que vai gerar uma nova qualidade de agendas, de projetos e de propostas. Então é preciso ir construindo as bases dessa articulação, não será fácil, mas é tanto urgente quanto necessária essa construção. Vamos aguardar com muita expectativa, e expectativa muito positiva nessa nova Câmara que nós construímos. Ah, mas tem os conservadores... Têm, mas é um ciclo.

M: Tem esse descompasso na forma da condução, e existe muita dificuldade no diálogo entre a gestão e o seu topo e na condução do legislativo, e a vida cotidiana das cidades. Se a



gente tivesse mais mulheres lá, por exemplo, iluminação pública, transporte coletivo, creche, área cultural, tudo isso já teria sido completamente transformado e revolucionado nas cidades. Saneamento básico, saúde de qualidade, educação básica e educação infantil, essas são as agendas das mulheres quando elas entram nos parlamentos, quando elas entram nas prefeituras. O Instituto Alziras fez uma pesquisa sobre mulheres Prefeitas, investigando como as Prefeitas gerem as cidades, e é impressionante ver, é totalmente em conformidade com o que os estudos internacionais sempre disseram. E não é porque as mulheres são essencialmente cuidadoras, femininas, não! É porque as mulheres foram socializadas desde o dia em que nasceram, até mesmo antes de nascer, por essas relações de gênero, que atribuem importância a questões que são de fato afeitas a esfera a questão do bem-estar, e do enfrentamento às desigualdades, às opressões e violências. As mulheres quando estão nas cidades, são Prefeitas, elas estão cuidando do saneamento básico, da educação infantil, da creche, do meio ambiente, do transporte coletivo, saúde básica, é isso. Essas são as agendas que as mulheres estão gerindo quando chegam aos espaços de poder nas cidades. E infelizmente, as mulheres também que estão na gestão nesses pólos, que estão na base ou nos cargos mais intermediários, elas pressionam, mas infelizmente às vezes estão dando murro em ponta de faca, porque os gestores, eles que ocupam a “reserva branca, masculina do poder”, impedem que essas agendas permeiem de maneira mais robusta, mais significativa o poder e a tomada de decisão. É por isso que a gente tem que continuar lutando para ter mais mulheres nos espaços de poder, dentro das câmaras de vereadores, mais mulheres eleitas prefeitas. Porque, ao fim, ao cabo, as mulheres é que estão majoritariamente sendo afetadas de maneira negativa pelas decisões que excluem elas mesmas dos direitos, então elas realmente são mulheres que têm que conviver, como por exemplo, com assédio no transporte coletivo, que é algo assustador. As meninas, as mulheres estão reclamando disso, desde as jovens até as mais velhas, o tempo todo. Se a gente tivesse uma gestão pública, de fato sensível para as questões de gênero, isso já teria sido resolvido, você teria campanha pública, você teria uma punição efetiva, você teria os casos sendo tratados e encaminhados de maneira célere e responsável. O que a gente tem é um descaso, um desinteresse, uma banalização, uma naturalização...

M: Não sei se a Larissa tem alguma pergunta também, porque ela está mais quietinha.

L: Acho que o que eu queria saber mais, o que eu queria perguntar era justamente o que a



Karina perguntou e você foi contemplando enquanto falava. Até porque tem uma questão que é muito pessoal para mim, que é o serviço da linha de frente, porque minha mãe é enfermeira em posto de saúde, então eu tenho acompanhado de perto por toda a pandemia, e porque eu conheço todo mundo que trabalha com ela, conheço muita gente da área da saúde. Então, assim, é isso... a maioria da área de cuidado é mulher.

M: Mas quer saber uma coisa triste? Eu estou em um projeto com a Fiocruz, para fazer avaliações dos impactos da pandemia em relação à gênero, e nós estamos brigando para que não seja só gênero, mas também gênero e raça. E assim, eu fiz um levantamento do legislativo nacional dos projetos de lei, desde o início da pandemia, de março até agora, para enfrentamento à violência. Por que o governo federal, a gente já sabe que está fazendo bolo, não é? O que o congresso está fazendo? E uma coisa que me deixa bem assustada são as mulheres da direita que estão fazendo muito mais propostas de projetos de lei para enfrentar a violência. As mulheres da esquerda têm trazido as agendas do auxílio emergencial, mas as mulheres da direita estão tomando conta da agenda relacionada ao enfrentamento à violência!

L: Sim, isso é muito sério.

K: É aquela história Marlise, nem toda direita é conservadora, nem toda esquerda é progressista. Você vê algumas mulheres de direita que elas abraçam mais pauta progressista do que muita gente de esquerda... esse classismo puro.

M: Mas não dá para entregar dessa forma as nossas agendas nas mãos das mulheres de direita não.

A: Era a perguntinha que eu ia fazer. Dá para confiar?

M: Então, o que eu imediatamente fiz foi puxar a orelha das mulheres lá, dizer “olha mulherada, assim, vou publicar um artigo que eu estou dizendo que essa pauta foi cooptada pelas mulheres da direita, é isso mesmo? Vai ficar barato desse jeito?”.

L: Uma grande dificuldade no Brasil é que eu acho que às vezes a própria articulação é





difícil, porque igual você está falando, as mulheres de direita estão pegando essa pauta, porque as da esquerda estão preocupadas com outros mil assuntos que têm que resolver e são tão urgentes quanto. Isso é muito complicado.

M: Sempre, sempre né... e vivendo todo tipo de violência né, mulherada?